



GT06 - Educação Popular – Trabalho 837

REFLETINDO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA COM ESCOLAS RADIOFÔNICAS: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR

Maria das Graças Sousa Moreira Moura - UNISAL

Resumo

O presente trabalho traz reflexões a partir de uma dissertação de mestrado em Educação cujos objetivos foram o de tecer um breve histórico das escolas radiofônicas no Brasil e refletir sobre uma experiência de alfabetização/via rádio na região do baixo Parnaíba/MA a partir da percepção de alguns de seus atores. A metodologia da investigação foi baseada na pesquisa qualitativa utilizando como instrumentos de coleta: entrevistas, observação e rodas de conversa. Os resultados apontaram que se faz necessário o diálogo como ponto fundamental para qualquer projeto baseado nas premissas da Educação Popular. O projeto em questão parece ter colaborado para mudanças na vida de alguns de seus participantes. Para outros/as isso não ocorreu, reforçando um sentimento de discriminação e preconceito. Em todos os casos, escutamos de diversas pessoas que a continuidade (ou retomada) do projeto seria de extrema importância para a comunidade. Acreditamos que modelo de Escolas Radiofônicas com base na Educação Popular pode abrir novos horizontes e perspectivas a muitos povos e comunidades que vivem isolados e marginalizados num país de dimensão continental como o Brasil, ainda mais quando se pensa nas altas taxas de analfabetismo que ainda persistem em nosso território.

Palavras-Chave: Escolas Radiofônicas, Educação Popular, Saberes Populares.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz problematizações emergidas a partir de uma dissertação de mestrado em Educação cujos objetivos foram o de tecer um breve histórico das escolas radiofônicas no Brasil e refletir sobre uma experiência de alfabetização/via rádio na região do baixo Parnaíba/MA a partir da percepção de alguns de seus atores. A metodologia da investigação foi baseada na pesquisa qualitativa/participante tendo como instrumentos de coleta de dados: levantamento bibliográfico em indexadores científicos; entrevistas, observação e rodas de conversa.

O levantamento bibliográfico para construção do referencial teórico foi realizado em sites de pesquisas (como Google acadêmico e Scielo), pesquisa no banco de teses da CAPES, na literatura especializada e em documentos específicos, tendo como principais

referências as contribuições de Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, José Peixoto Filho e Osmar Fávero, entre outros.

A proposta de estudar esse tema deu-se a partir da experiência pessoal da pesquisadora, como uma das coordenadoras do Projeto Alfabetização de Multimeios/via rádio, no estado do Maranhão, da região do baixo Parnaíba e dos Lençóis Maranhenses. O recorte do local da pesquisa foi a Região Baixo Parnaíba maranhense nas cidades de Santa Quitéria, na comunidade Santa Quitéria Velha, na Cidade de Milagres, e na cidade de Santana. A região fica localizada a 374 km, de São Luís, capital maranhense, e é composta por pequenas cidades tendo, aproximadamente, entre seis e 30 mil habitantes, cuja característica dos lugarejos é seu isolamento em relação às cidades mais importantes. O número de analfabetos nas cidades que compõem essa região é alarmante e isso é algo característico de todo o Estado, porém existem regiões com números mais expressivos que outras.

Escolas Radiofônicas: Breve Histórico

A experiência das escolas radiofônicas representa um importante meio de educação para as pessoas das classes populares, principalmente aquelas que vivem no campo e/ou em regiões isoladas (CORRÊA, 2012).

Trataremos aqui da educação como prática social, mais especificamente aquela voltada às escolas radiofônicas. Segundo José Peixoto Filho (2003, p. 20):

A Educação é uma prática social e como tal deve ser vista como mediadora das demais práticas sociais. Se a vemos como um processo que busca, através da reflexão consciente sobre a realidade, a elaboração de soluções para os problemas que o homem enfrenta, quer seja no seu cotidiano (e aí ela assume também uma função prática imediata), quer seja enquanto momento e espaços onde se permite pensar projetos mais amplos, contribuindo assim para reflexão da prática social.

Para Horta (1972), a história da radiodifusão educativa no Brasil está intrinsecamente ligada à história da própria radiodifusão, que nasceu com objetivos muito mais relacionados à educação do que com objetivos comerciais, sendo Roquete Pinto um dos nomes mais significativos dessa época. A partir de 1922 algumas experiências educativas por meio do rádio foram criadas no Brasil, entre elas: Rádio Corcovado, 1922; Rádio Clube de Pernambuco, 1922; Estação da repartição geral dos telégrafos, 1923 e Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, 1923 (MENDONÇA, 2007).

Em 1937 foi criado o Sistema de Radiodifusão Educativa (SER) que buscava adaptar-se à realidade social e geográfica dos usuários, apoiado em diferentes metodologias, mas que, segundo alguns críticos, não representava o melhor instrumento para a alfabetização de adultos: “[o rádio e o cinema] podem ser auxiliares poderosos, mas nunca nos permitirão, sozinhos, uma solução do problema; eles representam paliativos, mas não uma terapêutica específica (SOUZA, 1950, in Horta, 1972, p. 95).

Em 1941 foi criada a Universidade do Ar do Rio de Janeiro e em 1947 a Universidade do Ar de São Paulo, cujo objetivo era utilizar o rádio para promover uma campanha em favor das classes comerciárias do interior de São Paulo, além de proporcionar aos comerciários uma melhor compreensão de suas atividades profissionais, uma vez que haviam sido iniciativas do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Em 1955 Frei Gil Bomfim lançou um plano no Rio Grande do Norte que tinha como objetivo estudar e viabilizar uma rede de emissoras católicas no Brasil para se dedicar à catequese e à Educação Popular, apoiado na experiência colombiana da *Rádio Sutatenza*. Essa rádio teve início na década de 1947, numa pequena cidade situada nas montanhas de Valle de Tenza chamada Boyaca, com aproximadamente oito mil habitantes sendo a maioria agricultores. Aí foi implementada a *Rádio Sutatenza*, na paróquia do Padre José Joaquim Salcedo. O intuito inicial dessa rádio-escola era desenvolver uma educação para camponesas e camponeses marginalizados de forma que eles viessem a se entender como agentes de mudanças a partir de suas realidades, tendo como premissa o pensamento chave: “o subdesenvolvimento está no pensamento do homem” (GUTIERREZ, 2009, p. 14).

O então arcebispo da diocese de Natal, D. Eugênio Sales, em viagem para Colômbia, observou o método e procurou replicá-lo em sua diocese. Esse modelo deu origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), que tinha como proposta a erradicação do analfabetismo no Brasil (PAIVA et al, 2009).

Nos documentos do MEB está assim definido: "Entende-se como educação de base o conjunto dos ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soergimento das comunidades" (MEB, 1965, apud, FÁVERO, 2006, p.03).

De acordo com mesmo autor a proposta inicial do MEB, feita no início de 1961, foi precedida por duas experiências da própria Igreja consideradas seus antecedentes mais próximos, a saber: as escolas radiofônicas do Serviço de Assistência Rural, (SAR)

da arquidiocese de Natal; e o Sistema Rádio Educativo de Sergipe (SIRESE) instalado pela arquidiocese de Aracaju.

A inclusão dos problemas sociais mais amplos pela Igreja Católica e a busca de soluções para os mesmos, em alguns momentos ao lado do Estado, é um processo que se define a partir dos anos de 1950, principalmente no Nordeste. O estado do Rio Grande do Norte, em especial a área compreendida pela arquidiocese de Natal, é o caso mais significativo e que alcançou maior repercussão. (FÁVERO, 2006, p. 37).

O MEB foi criado em colaboração com o Estado para concretizar sua presença social, junto aos pobres e injustiçados, através de um projeto educativo. Para a Igreja colocava-se nesse momento o problema das “reformas de base”, entendendo de modo específico as causas estruturais do subdesenvolvimento e, a partir daí, formular propostas de superação do analfabetismo e valorizar a consciência histórica das populações oprimidas.

De acordo com Fávero (2006), a década de 1960 foi fértil no sentido de emergência de movimentos sociais e de Educação Popular, tendo como alguns exemplos: Movimento de Cultura Popular (MCP, 1960); Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (1961); MEB (1961); Centro Popular de Cultura (CPC, 1961), Movimento Popular de Alfabetização (1961); Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR, 1962), Campanha de Alfabetização da União Nacional dos Estudantes (1962); Primeira experiência de alfabetização e conscientização de adultos, feita por Paulo Freire no MCP (Centro Dona Olegarinha, 1962); Sistema de Alfabetização e Conscientização, no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife (1962; Experiências do Sistema de Alfabetização Paulo Freire pela CEPLAR, na Paraíba, e em Angicos, Rio Grande do Norte, e logo depois em Brasília (1963); Instituto de Cultura Popular, no Rio Grande do Sul (ICP, 1963); Programa Nacional de Alfabetização (PNA, 1964).

Segundo o autor, esses movimentos, nascidos todos no mesmo período, operam um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de Jovens e Adultos ou de Educação Rural da década de 1950. São propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores e o que as faz radicalmente diferentes é o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares, urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para uma ação política.

O MEB surgiu com o objetivo de desenvolver um programa de Educação de Base por meio de escolas radiofônicas nos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A expectativa era de muito otimismo, criar 15 mil escolas radiofônicas somente em 1961, e que este número aumentasse progressivamente.

No acordo entre a Igreja Católica e o Governo Federal previa que a primeira deveria disponibilizar a rede de emissoras filiadas à Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) e coordenar o programa de educação com verbas oriundas do poder público Federal. Comprometia-se, também, a aplicar adequadamente os recursos recebidos e a mobilizar voluntários, principalmente para atuar junto às escolas como monitores e às comunidades como líderes.

O Movimento de Educação de Base (MEB) no Maranhão

O surgimento do MEB no estado do Maranhão não fugiu à regra geral dos outros estados, ou seja, foi uma iniciativa da Igreja Católica. Foi o arcebispo metropolitano de São Luís, D. José de Medeiros Delgado, cuja postura era declaradamente progressista, que deu início a esse processo. Na época, no ano de 1961, o arcebispo exerceu também o cargo de presidente deste movimento.

Nesse estado, entretanto, o MEB foi implantado por meio das “caravanas populares”, em virtude da falta de liberação da concessão de uso da Rádio Educadora do Maranhão (REMAR), de propriedade da Igreja.

A primeira forma de atuação que o MEB Maranhão utilizou para iniciar o processo de Animação Popular, AnPo, foi a Caravana Popular de Cultura. Inclusive, em termos nacionais, a experiência piloto com Caravanas realizou-se no Maranhão, sendo que esta era baseada em experiências do Senegal na África. A Caravana era constituída de um grupo formado por profissionais liberais e estudantes voluntários, que sob a orientação de membros da equipe do MEB, se deslocava para a zona rural e promoviam nas comunidades "debates sobre a realidade local, estudos, planejamento de ação revisões com líderes das comunidades, festas, jogos." (RAPÔSO, 1985, p.88).

As caravanas não realizavam seus trabalhos isolados, mas como o resultado de trabalho integrado, desde o planejamento até avaliação. A pretensão do MEB era contribuir para o processo de conscientização dos maranhenses camponeses e camponesas, levando em consideração a visão de mundo das comunidades.

As Caravanas tinham o objetivo de contribuir de modo decisivo para o desenvolvimento integral do povo brasileiro, numa perspectiva de autopromoção, que levasse a uma transformação decisiva de mentalidades e estruturas.

Os acontecimentos de abril de 1964 foram determinantes para a desarticulação do Movimento de Educação de Base em todos os estados brasileiros, assim também como no estado do Maranhão, onde foi, inclusive, determinado o encerramento de suas atividades. Em abril de 1964 o MEB/MA foi vitimado pelos seguintes fatos:

Denúncias ao 24 BC e à secretária de Segurança do Estado; vistoria da casa particular de alguns elementos do MEB; interdição desta residência pela polícia do Estado durante cinco dias consecutivos; depoimento no 24 BC de alguns dos responsáveis pelo MEB no Estado. (LOBO, 1962, p. 16, in RAPÔSO, 1985, p.152)

A perseguição aos representantes do MEB foi intensa e ainda houve o incidente do confisco de parte de edição de sua cartilha no Rio de Janeiro pela polícia, sob acusação de possuir conteúdos subversivos. Esse fato foi amplamente divulgado pela imprensa no Maranhão, abrangendo todas as cidades do interior do Estado com intuito de desprestigiar o MEB frente à população, criando um clima de insegurança.

Por conta desses agravantes políticos, começaram a aparecer dificuldades financeiras que contribuíram intrinsecamente para impossibilitar a continuidade de seu assessoramento. De abril de 1964 a setembro do mesmo ano as atividades do MEB ficaram totalmente paralisadas no Maranhão, voltando a ser realizadas de forma assistemática posteriormente. Em 1965, diante da inviabilidade das comunidades para continuar seus movimentos sindicais, quase todas as sedes tinham sido vistoriadas e, em muitos casos, interditadas.

O projeto Alfabetização/via rádio no Maranhão.

Segundo Rapôso (2015) o Maranhão, em pleno século XXI, apresenta problemas sociais que somente se explicam pela dominação de suas elites no processo de construção histórica da sociedade maranhense. E essa situação perdura, como mostra o censo/2010:

[...] o Maranhão continua figurando no cenário nacional como uma das unidades da federação com os piores indicadores sociais. Da população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão está abaixo da linha da miséria ou na pobreza extrema, com um rendimento de até R\$ 70 por mês, o que corresponde a 25,7% dos seus habitantes, mais que o triplo da média nacional, que é de 8,5%. Na faixa da pobreza absoluta, o que corresponde a um rendimento médio domiciliar

mensal per capita de até meio salário mínimo os números são ainda mais gritantes: 55,9% dos maranhenses, mais de 3,4 milhões de pessoas, sobrevivem nesta condição. (ARAÚJO E BRANDÃO, 2011, p.6)

Ainda no senso de 2010, o IBGE revela que no ranking da pobreza extrema, o Maranhão está em primeiro lugar. O cenário da educação de Jovens e Adultos no estado também não é muito animador apontando o Maranhão em 4º lugar no país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos analfabetas. Com relação ao analfabetismo funcional no país, o Maranhão repete o 4º lugar, com 31,7% de pessoas com mais de 15 anos nessa situação.

Frente a esse contexto, vários foram os projetos de EJA promovidos pelo Estado que tiveram expressiva aceitação no que diz respeito ao combate radical ao analfabetismo de jovens e adultos. Em 2008, no governo de Jackson Lago, foi criado o “Projeto Alfabetização de Multimeios/via rádio”, em parceria com o instituto Paulo Freire de São Paulo, Fundação Gomes de Sousa e a Universidade Virtual do Maranhão. (UNIVIMA).

Segundo o Jornal Pequeno (2008), esse projeto se desenvolveu a partir da necessidade de alfabetizar os maranhenses que viviam em comunidades distanciadas dos centros urbanos. Participaram do programa moradores dos municípios com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Maranhão. Suas propostas estavam baseadas na Educação Popular que é uma práxis por meio da qual, segundo Brandão (1984, p.10):

Aprendemos a experimentar o ofício da forma de compromisso com o homem — com o povo — a que ela conduz. Aprendemos, finalmente, a crer que, se é com palavras que são escritas as regras que oprimem e consagram a opressão, com elas também os homens entre si podem falar e escrever frases e modos de saber que, pronunciados e exercidos, poderão um dia libertar o homem e os seus mundos.

As aulas eram transmitidas de segunda à sexta-feira pelas emissoras de amplitude modular como a Rádio Timbiras e Rádio Educadora, e por rádios comunitárias. As/os alunas/os também frequentavam as salas de aula, presencialmente, duas vezes por semana. Foram, na época, veiculados 42 programas radiofônicos educativos com 15 minutos de duração cada. Para a realização do projeto o Governo do Estado disponibilizou às/aos alunas/os 10 mil kits contendo aparelhos de rádio, canetas, cadernos, lápis, pastas e borrachas, além do material impresso.

As aulas via rádio se democratizaram pelo alcance aos homens e mulheres maranhenses que se encontravam em comunidades longínquas, muitas vezes em situação de extrema pobreza.

Ao participar do projeto, trabalhadoras/es tinham a possibilidade de ouvir as aulas sem precisar interromper suas tarefas. Além disso, depois do trabalho diário se encontravam em salas de aula com os demais participantes da sua comunidade e podiam, com o/a professor/a responsável, dialogar, construir o conhecimento, partindo daquilo que já conheciam para o que ainda iam conhecer.

Nesta perspectiva o Governo do Estado do Maranhão aplicou, novamente, uma forma alternativa de alfabetização, vencendo barreiras geográficas através da utilização de uma ferramenta tão antiga e acessível como o rádio de pilha. O Instituto Paulo Freire (IPF) era responsável por produzir os programas radiofônicos e o material didático.

A avaliação do projeto era realizada durante formação pedagógica com os coordenadores e supervisores a cada três meses em São Luís, e acontecia no decorrer de três dias. Esses encontros tinham como objetivo principal avaliar e planejar o processo das ações desenvolvidas, assim como identificar as dificuldades, avanços e desafios da prática pedagógica dos supervisores e também identificar possíveis elementos dificultadores do processo de alfabetização e intervir a fim de alcançar os principais objetivos.

Além da formação, eram realizadas visitas pedagógicas nas quais coordenadoras/es tanto da UNIVIMA como do IPF iam conferir *in loco* a aplicação do programa. O Projeto teve curta duração. Implantado no governo de Jackson Lago que permaneceu dois anos no poder, após o que sofreu um golpe pela oligarquia do “sarneísmo”¹, deixando o mandato em 2009. Roseana Sarney (re)assumiu o governo e em 2010 o projeto foi finalizado, sob a alegação de falta de verbas.

Algumas vozes dos participantes

¹ Araújo e Brandão (2011) afirmam que a eleição para governador do Estado do Maranhão realizada em outubro de 2006, sinalizou uma possibilidade de ruptura com o mandonismo “sarneista” com a derrota (em segundo turno) da candidata Roseana Sarney, senadora do Partido da Frente Liberal – PFL, e eleição do candidato Jackson Lago do Partido Democrático Trabalhista – PDT. O governador Jackson Lago foi eleito como representante da Frente pela Libertação do Maranhão, grupo de oposição ao grupo “sarneista” no Maranhão. Contudo, em abril de 2009 o governador Jackson Lago foi deposto sob acusação de “abuso do poder econômico” durante o processo de campanha eleitoral para governo do Maranhão em 2006. Com sua deposição, Roseana Sarney (re) assumiu o governo do Estado do Maranhão em abril de 2009. No ano seguinte, 2010, Roseana Sarney, sem se afastar do cargo de governadora, concorreu às eleições para o governo do Estado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, sendo eleita no primeiro turno das eleições em 03 de outubro de 2010.

A metodologia adotada se apoiou nas premissas da pesquisa qualitativa/participante em que foram realizadas Rodas de Conversa e entrevistas individuais com 24 pessoas em dois municípios do estado do Maranhão (Milagres e Santa Quitéria) e um sub-distrito dessa última: Santa Quitéria Velha.

As rodas de conversa foram utilizadas porque, segundo Silva e Bernardes (2007, in SILVA, 2014, p.73),

a roda de conversa é um profícuo meio para coletar informações, caracterizando-se como uma oportunidade de aprendizagem e exploração de argumentos, sem a exigência de elaborações conclusivas, em que a conversa se desenvolve num clima de informalidade, o que cria possibilidades de diálogos.

Para as entrevistas foi utilizado um roteiro com perguntas fechadas que versavam sobre a importância do projeto na comunidade, a participação de alunas/os, suas potencialidades e fragilidades, entre outras. Todos os encontros foram gravados em vídeo e transcritos posteriormente.

Os depoimentos trazem importantes contribuições das/os participantes, não somente sobre o projeto de alfabetização/via rádio, mas também de sua condição como pessoas marginalizadas e oprimidas.

Um dos exemplos é o do senhor João, ex-aluno do projeto que, ao escrever seu nome chorou, silenciou e por alguns segundos ficou cabisbaixo. Em seguida relatou:

Eu nunca faltei nas aulas, além disso ouvia todas as aulas que passava no rádio, lia meus livros, meu maior prazer era ir nas aulas, que pena que acabou o projeto, assim mesmo aprendi ler e escrever. (Sr. João 83 anos).

Apesar da segurança e tranquilidade na fala, foi possível perceber nas entrelinhas o depoimento de uma pessoa oprimida que sonha com a libertação, e vê na educação uma porta, um caminho para essa libertação:

A gente que não sabe ler e escrever, não sabe nada... A leitura senhora que leva a gente para frente, eu aprendi a ler com 74 anos agora tenho 83, mas queria voltar estudar, a gente que vive nesse fim de mundo não tem oportunidade. (Sr. João 83 anos).

Como o senhor João, muitos maranhenses (e brasileiros) vivem essa situação de negação de direitos e de oportunidades de frequentar uma escola ou mesmo um Projeto de EJA. Freire (1996, p. 39) defende uma *educação como prática da liberdade* e uma *pedagogia da autonomia*, com a qual somamos nossa indignação:

Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da justa ira dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.

Quando alguém afirma que “não sabe nada” possui, introjetada em si, a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do ser humano como pessoa. Para Freire (2005), “Daí a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica o reconhecimento crítico, a razão desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais”.

Outro depoimento revelador foi o de Da. Rosa (64 anos, aluna do projeto):

Particpei da escola quando era criança, não aprendi quase nada e o que aprendi me esqueci de muitas coisas, anos depois particpei do projeto e voltei a lembrar, inclusive consigo agora ler palavras e escrever meu nome. [...] Melhorei a minha leitura e a minha escrita, também fiz amizade com as professoras e com os alunos e alunas.

Muito embora essa mulher quando criança não tenha tido a chance de aprender de maneira contextualizada e concreta, quando adulta se alegra por poder “melhorar sua escrita” e, principalmente, poder se socializar com as pessoas de sua comunidade. Esse é um ponto relevante em comum entre os participantes da pesquisa que não pode ser negligenciado. A sociabilidade entre idosos é cada vez mais reduzida e ações que possibilitem uma maior interação podem trazer benefícios profundos. Encontrar-se, relacionar-se, estreitar amizades, entre outras qualidades da socialização são valores fundamentais para essas pessoas e as oportunidades de educação podem contribuir para promover esses encontros.

Como se expressa na fala de Maria dos Remédios (66 anos), ex-aluna do projeto:

Gostei de participar do projeto, por causa da forma das professoras ensinar, eu aprendi ler e escrever. Porque além estudar conversava, dava risada e lá nas aulas tinha respeito e alegria.

Esperança e alegria são palavras fundamentais para a Educação Popular e, nas palavras de Freire (1996, p.29):

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir

aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana.

Essa esperança, entretanto, não foi demonstrada em todas as entrevistas. Em alguns depoimentos ficou muito clara a dificuldade das pessoas em se ver como sujeitos que podem transformar a sua realidade. Apesar de muitas delas apontarem a educação como uma alternativa de mudança, a maior parte entre estas afirmou que pouco ou nada aprendeu com o projeto: “*não aprendi nem escrever meu nome*”.

Consideramos, como Freire (2011), que o ato de aprender e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, algo que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Durante a conversa que tivemos com dona Graça, por exemplo, foi possível entender que ela nos transmitia a ideia de que, ainda não tendo aprendido ler as palavras dominava bastante bem o conhecimento de mundo. Passar da leitura de mundo para a leitura da palavra pode levar à conscientização e, de acordo com Peixoto (2003), a conscientização do povo leva a despertar para os seus próprios problemas e provocar uma mudança de transformação.

Mesmo diante do que parece tão pouco aprendizado de leitura e escrita, dona Maria dos Remédios expressa muita gratidão e satisfação por ter participado do projeto e pelo que lhe proporcionou, porém aponta a necessidade de continuidade, para que ela e outras pessoas tivessem a oportunidade de seguir estudando. Isso demonstra que, com todo o seu saber de experiência, essa mulher consegue ter consciência da necessidade de outras pessoas, para além das suas.

As ex-professoras do projeto também trouxeram importantes contribuições, como ilustra a fala de uma delas:

A importância [do projeto] foi estimular a estudar e descobrir segredos, agir sobre o conhecimento e poder contribuir para um mundo melhor, significou como é bom ensinar de modo agradável e participativo, trabalhando em grupos, trocando ideias [...] Foi importante, porque colaborei com a construção do conhecimento de outras pessoas, e também aprendi, uma grande experiência pois aprendi mais e ensinei menos, meus alunos têm muita experiência de vida.

Esse depoimento nos remete ao que Freire (1996, p.12) afirma:

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. [...] Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível - depois, preciso - trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar.

Os relatos das/os participantes do projeto revelaram que há forte necessidade de sensibilização por parte dos governantes para a implementação de ações voltadas para a Educação de Jovens Adultos na região pesquisada. Além disso, algumas falas trouxeram críticas bastante preocupantes com relação às metodologias adotadas, como ilustra a fala do Sr. Batista:

Eu participei desse projeto, durante seis meses, depois saí; me sentia desprezado pela professora, ela dava atenção aos do projeto que sabia mais que eu, aí eu escutava a aula no rádio e quando chegava lá, ficava num canto e ela só conversava com os alunos que sabia mais, eu ficava chateado. Toda aula era assim, aí quando fez seis meses que eu tava lá resolvi sair, não tava gostando disso, assim mesmo eu aprendi escrever meu nome, bem ruim, mais aprendi.

Esse depoimento mostra que as percepções são diversas, bem como os processos de ensino-aprendizagem podem ter sido bastante distintos em cada comunidade e com cada participante.

As inquietações que emergiram dessa pesquisa são muitas e, entre outras podemos citar: Será que a formação foi suficiente para garantir que as/os professoras/es tivessem como prática os princípios da Educação Popular? O ato mecânico de ler e escrever algumas palavras seria capaz de promover mudanças concretas na realidade local? Ou será que apenas contribui para mudar as estatísticas do número de analfabetos, mas não transformar a realidade? Que tipo de pessoas letradas queremos e que somos capazes de auxiliar na formação utilizando o rádio como instrumento?

Quando se fala que alfabetização como sinônimo de “ler e escrever o nome” nos parece que há uma limitação da amplitude de conhecimento dirigido para as pessoas pobres, dando a impressão que seus direitos de educação se restringem apenas a esse ato. Acreditamos no sonho de romper com essas ideologias no que se refere à educação; que a educação deve ser o caminho para que homens e mulheres se libertem da opressão e da educação bancária; que contribua para que as pessoas se assumam como sujeitos de sua história e, com isso, possam intervir nela e transformar sua realidade.

Algumas considerações

O que depreendemos do processo da pesquisa como um todo e, mais especificamente, das falas de algumas/uns participantes, é que se faz necessário o diálogo como ponto fundamental para qualquer projeto baseado nas premissas da Educação Popular. Ouvir nossos alunos e alunas e entender os seus anseios, seus sonhos, seus desejos suas experiências de vida, tendo como horizonte uma educação em uma prática libertadora.

Nós educadoras/es ainda temos muito a fazer para romper com a educação bancária, com a relação opressor-oprimido, que ficou tão enraizada em nossos educandos e educandas no decorrer da história e ainda hoje mostra suas marcas.

Creemos que o que falta ainda nas práticas educativas é respeitar os saberes populares, escutar o que têm a dizer as/os alunas/os, trocar conhecimentos, entender que os saberes curriculares estão intimamente ligados aos saberes de experiência. Essas ações podem contribuir para que, juntas/os, possamos romper com os processos de opressão e encontrar novas possibilidades a todos os alunos e alunas que tiveram sua humanidade roubada e sua dignidade desrespeitada.

Mediante os estudos realizados foi possível entender que o projeto alfabetização/via rádio no Maranhão colaborou para algumas mudanças na vida de seus participantes. Para diversas pessoas, além de aprender a leitura e a escrita, houve um princípio de construção coletiva de aprendizagem a partir das reflexões de saberes de experiência, do conhecimento popular e das problematizações dos seus participantes. Para outros/as isso não ocorreu, reforçando um sentimento de discriminação e preconceito entre aqueles que não sabem as letras.

Em todos os casos, escutamos de diversas pessoas que a continuidade (ou retomada) do projeto seria de extrema importância para a comunidade.

O que ocorreu foi que o projeto de alfabetização/via rádio foi interrompido arbitrariamente, o que pode ter significado a frustração de muitas/os participantes que não tiveram tempo suficiente para sedimentar seu processo de aprendizagem ou de ampliar seus conhecimentos.

Um dos ensinamentos trazidos por essa pesquisa é que o modelo de Escolas Radiofônicas com base na Educação Popular pode abrir novos horizontes e perspectivas a muitos povos e comunidades que vivem isolados e marginalizados num país de dimensão continental como o Brasil, ainda mais quando se pensa nas altas taxas de

analfabetismo que ainda persistem em nosso território. Acreditamos que novas pesquisas e projetos de intervenção nessa área possam contribuir para resultados mais consistentes – e esse é um de nossos planos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ARAÚJO, Cleonice Correia, BRANDÃO Selma Maria Silva de Oliveira. **A pobreza no Maranhão: determinantes ideo-políticos.** Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/A_QUESTAO_DA_POBREZA_NO_MARANHAO_DETERMINANTES_E_NEW.pdf//>. Acesso em: 20 dez.2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular.** Editora Brasiliense, 1984.
- CORRÊA, Franciele Zarpelon. Processo de produção Radiofônica no projeto alunos em rede – mídias escolas: A construção de saberes, competências e cidadania no âmbito comunicativo e cultural. **Dissertação de mestrado.** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós - Graduação em ciência da comunicação, 2012.
- FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática pedagógica do MEB Movimento de Educação de Base, 1961-1966. Campinas: Autores Associados, 2006.
- FORUMEJA- FORUM DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Disponível em <http://forumeja.org.br/book/export/html./>>. Acesso em: 10 fev.2016.
- FNDC- FORUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. Disponível em :<http://fndc.org.br/clipping/alfabetizacao-via-radio-da-univima-pretende-attingir-10-mil-pessoas-no-estado-do-maranhao/>>. Acesso em: 10 jan.2017.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra 2005.
- FREIRE, Paulo. **Alfabetização:** leitura do mundo, leitura da palavra. Editora Paz e Terra, 2011.
- GUTIÉRREZ, Henrique Vaca. **Processos interativos midiáticos da Rádio Sutatenza com os camponeses da Colômbia (1947-1989)** [tesis de Doctorado en Ciencias de La Comunicación]. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.
- HORTA , José Silvério Baia. Histórico do rádio educativo no Brasil (1922-1970). In: **Cadernos da PUC (10)**, Rio de Janeiro: PUC, 1972

IBGE -INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Disponível:<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=211010&idtema=19&search=maranhao|santa-quiteria-do-maranhao|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros/>>. Acesso em: 03 dez.2016.

_____ Disponível em :<https://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ma/>>. Acesso em: 20 out.2016.

JORNAL PEQUENO – MA disponível em: <https://edicao.jornalpequeno.com.br/impreso/2008/11/27/univima-vai-alfabetizar-mais-de-10-mil-pessoas-via-radio/>>. Acesso em: 18 abr.2016.

MENDONÇA, Márcia Valéria. **Educação Popular: Experiências De Rádio-Educação No Brasil, De 1922 A 1960**. TÉC. SENAC, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, jan./abr. 200

PAIVA, Marlúcia Menezes de (Org.). **Escolas Radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1959-1966) / Maria Araújo Duarte de Carvalho ... [et al.] ;** – Brasília : Líber Livro Editora, 2009.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **A travessia do Popular na contradança da educação**. Goiânia: Ed da UCG, 2003.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base: discurso e prática (1961-1967)**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão e Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, 1985.

_____ Maria da Conceição. A educação maranhense no limiar do 3º milênio. **Revista Políticas Públicas**, v. 8, n. 1, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e BERNARDES, Nara Maria Guazelli. Roda de Conversas- Excelência acadêmica é a diversidade. **Revista: Educação** 2007 XXX(61). Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806104. Acesso em: 29/06/14.

SILVA, Keila Mourana Marques. **Concepções sobre o ensinar e o aprender na Educação de Jovens e Adultos (FUMEC) e possibilidades de mediação da Educação Popular**. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro Universitário Salesiano de São Paulo,2014.